

A comunidade chinesa em Portugal : percursos migratórios, contextos familiares e mercado de trabalho	Titulo
Gaspar, Sofia - Autor/a;	Autor(es)
Lisboa	Lugar
CIES-IUL	Editorial/Editor
2015	Fecha
CIES e-Working Paper no. 201	Colección
Mercado de trabajo; Familia; Inmigración; Chinos; Portugal;	Temas
Doc. de trabajo / Informes	Tipo de documento
* http://biblioteca.clacso.edu.ar/Portugal/cies-iul/20161228024121/pdf_1376.pdf	URL
Reconocimiento-No Comercial-Sin Derivadas CC BY-NC-ND http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)
Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)
www.clacso.edu.ar



CIES e-Working Paper N.º 201/2015

**A comunidade chinesa em Portugal:
percursos migratórios, contextos familiares e mercado de trabalho**

Sofia Gaspar

Sofia Gaspar é doutorada em sociologia pela Universidade Complutense de Madrid e investigadora pós-doutoral no CIES-IUL. Nos últimos anos, tem leccionado em universidades internacionais (Complutense de Madrid) e nacionais (ISCTE-IUL, ISCSP-ULisboa), e coordenado vários projectos sobre casamentos e divórcios binacionais, financiados pela FCT e pelo ACM. Das suas publicações mais recentes, destaca-se a obra sobre a imigração asiática no mundo *Southeast Asian Migration: People on the Move in Search of Work, Refuge and Belonging* (em co-autoria com Khatharya Um) publicado pela Sussex Academic Press (no prelo). Os seus atuais interesses de investigação centram-se nas famílias transnacionais e binacionais, nos descendentes de imigrantes, e na comunidade chinesa em Portugal e na Europa.

Resumo¹

A comunidade chinesa tem crescido de forma consistente em Portugal desde a década de 1990, com especial intensidade a partir do início da década de 2000. No entanto, os estudos desenvolvidos sobre esta comunidade são bastante escassos e tendem, sobretudo, a centrar-se nas suas estratégias económicas e profissionais. Neste sentido, o objectivo deste artigo é rever, em articulação com dados dos censos 2011, a literatura existente sobre a comunidade chinesa sedentarizada em Portugal, de forma a analisar certas dimensões relacionadas com os seus percursos migratórios, os seus contextos familiares e a sua inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: imigração chinesa, família, mercado de trabalho, censos 2011

Abstract

The Chinese community has been increasing in Portugal since 1990s, with particular intensity after the beginning of the 2000. However, studies centering on this immigrant community are still scarce and tend to focus on the economic and professional strategies developed by this immigrant group. As such, the aim of this paper is to update the existing literature on Chinese migration in Portugal, by using some data provided by Census 2011, as a means of analyzing certain dimensions related to their migratory paths, family context and work labor market.

Keywords: Chinese immigration, family, work labor market, Census 2011

¹ Este artigo insere-se no âmbito do meu projecto de pós-doutoramento “*Integração social de descendentes de imigrantes chineses em Portugal*”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ref^o SFRH/BPD/92237/2013).

Introdução: a evolução da comunidade chinesa em Portugal

Apesar da emigração chinesa remontar a finais do século XIX e princípios do século XX, tendo estado, desde sempre, muito ligada ao desenvolvimento do comércio internacional, foi sobretudo a partir dos anos 1980, que a República Popular da China enfraqueceu as limitações impostas à mobilidade geográfica dos seus cidadãos, dando-se início a uma nova era de fluxos migratórios de chineses por todo o mundo. Estes novos fluxos migratórios foram, assim, impulsionados pela abertura da sociedade chinesa ao mundo, pelo aumento progressivo dos níveis de vida, e por uma maior circulação de informação entre a China e os distintos países de acolhimento motivada pela globalização das redes transnacionais da diáspora. Neste sentido, e apesar da imigração de cidadãos chineses à escala mundial constituir um fenómeno há muito existente, o que caracteriza as migrações chinesas na atualidade são a forma como essas experiências e esses fluxos são moldados e condicionados pelo capitalismo e pela importância económica, política e simbólica da China no contexto mundial (Thunø, 2007).

Apesar de os Estados Unidos serem o primeiro destino migratório, a Europa tem vindo a ser cada vez mais valorizada como uma zona geopolítica particularmente atractiva (Guerassimoff-Pina, 2006; Thunø, 2007). Os percursos migratórios da comunidade chinesa para a Europa e para Portugal baseiam-se, principalmente, em redes familiares ou informais que estruturam as estratégias migratórias entre a China e os países de acolhimento (Guerassimoff-Pina, 2006; Thunø, 2007). O estabelecimento destas redes transnacionais constitui uma estratégia central da imigração sendo, pois, mantidas através da ‘interpolaridade de contatos’, isto é, laços emocionais desenvolvidos por membros de um mesmo grupo étnico sedentarizados em diferentes contextos geográficos (Ma Mung, 2000: 145). Estas redes transnacionais, mantidas por familiares ou amigos, facilitam as migrações de novos imigrantes entre distintos países europeus sempre que surgem novas oportunidades laborais ou económicas.

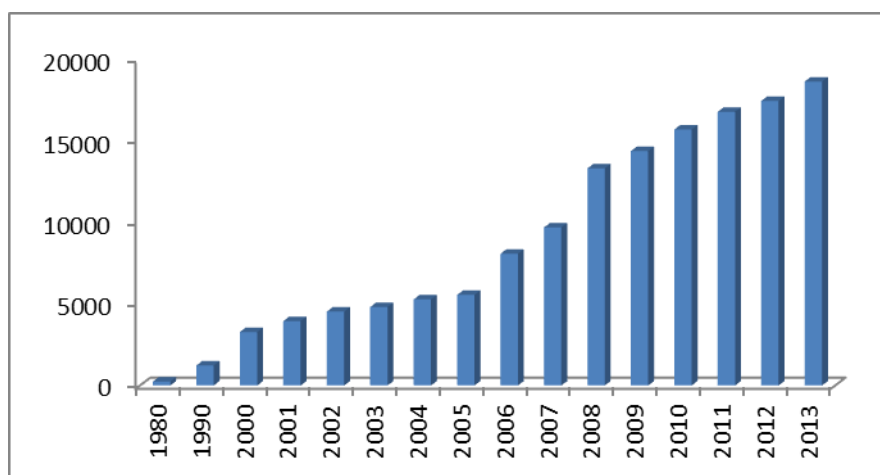
A imigração chinesa para Portugal segue o mesmo padrão dos fluxos migratórios chineses para o resto da Europa (Rodrigues, 2008)². O crescimento desta comunidade

² Apesar de existirem poucos estudos sobre a imigração chinesa em Portugal, dentro da antropologia e da história podem-se encontrar alguns trabalhos desenvolvidos no âmbito de projectos de doutoramento e de mestrado: Matias (2010), Nunes (2008), Rodrigues (2012). No domínio da sociologia portuguesa,

chinesa conheceu, ao longo dos últimos anos, e sobretudo a partir do início do século XXI, um ritmo bastante acelerado. A década de 2000 representa o momento em que os fluxos migratórios asiáticos para Portugal se intensificam, devido ao aparecimento de novas leis de regularização dos imigrantes (Lei nº25/94 de 19 de Agosto) e à passagem da soberania de Macau para a China em 1999. Esta conjuntura contribuiu para o crescimento exponencial de cidadãos chineses em território nacional, para valores inusuais até esse momento. O gráfico 1 ilustra a evolução do número de imigrantes chineses no nosso país entre 1980 e 2013. Como se pode observar, de valores residuais em 1980 (apenas 244) assistiu-se, em 2013, a um registo de 18.637 chineses, equivalendo a uma taxa de variação na ordem dos 7538%. Pela leitura do gráfico, podemos constatar que o maior aumento ocorreu a partir do ano 2000, tendo a partir daí havido um crescimento constante.

Gráfico 1.

Evolução dos imigrantes chineses em Portugal (1980-2013)



Fonte: SEF, Pordata

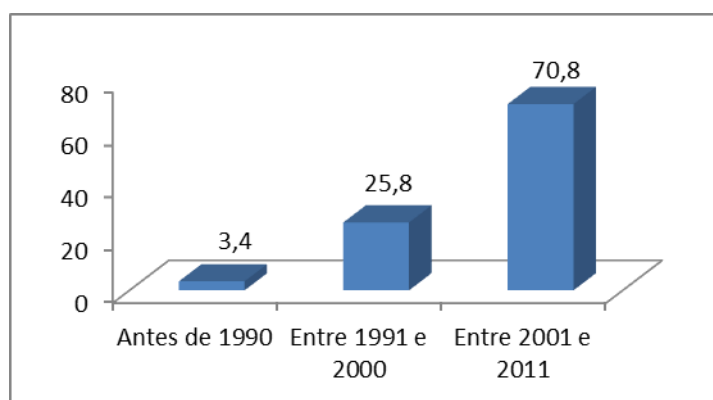
A tendência da evolução da imigração chinesa pode, ainda, ser complementada pela análise do ano de entrada no país. Segundo os dados disponíveis no último recenseamento geral da população (2011), do total dos cidadãos chineses a residir em Portugal, 3,4% entrou no nosso país antes de 1990, 25,8% entre 1991 e 2000 e 70,8%

segundo Machado e Azevedo (2009), as investigações sobre imigrantes chineses realizadas entre 2000 e 2008 apenas representavam 3% do total das pesquisas sobre minorias étnicas.

após 2002 (gráfico 2). Como tal, apesar da imigração chinesa ter vindo a ocorrer desde há várias décadas, é fundamentalmente após a década de 2000 quando se regista o maior fluxo de imigrantes e consequente sedentarização desta comunidade em Portugal. Neste contexto, e como veremos mais à frente, é importante analisar se o perfil dos cidadãos chineses é ou não homogéneo ao longo deste período, ou se pelo contrário, estamos perante distintos grupos de imigrantes.

Gráfico 2.

Ano de entrada dos imigrantes chineses em Portugal (%)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2011

A comunidade chinesa encontra-se dispersa por todo o território português, apesar de se concentrar, sobretudo, nos principais centros urbanos. Segundo os censos 2011, a sua localização geográfica incide, principalmente, na região de Lisboa (43,1%), mas também com alguma expressão no Norte (23,3%), Centro (13,8%), Alentejo (10%) e Algarve (7,6%), sendo residual a sua presença nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores (Delgado e Paulino, 2014). Apesar de a natureza desta sedentarização ser, em Portugal, diferente das tradicionais *chinatowns* existentes na Europa e nos Estados Unidos (Rodrigues, 2008), no caso dos residentes em Lisboa, verifica-se uma importante concentração residencial e comercial na zona do Martim Moniz e na Avenida Almirante Reis (Mapril, 2001; Rodrigues, 2008). Com efeito, esta é uma zona caracterizada por uma grande variedade de espaços comerciais propriedade de cidadãos chineses (restaurantes, lojas, supermercados), que usufruem da centralidade do bairro

para também aí residirem e, assim, não perderem tempo nas deslocções ‘casa-trabalho’.

A diversidade da comunidade chinesa em Portugal

Apesar do aumento dos imigrantes chineses em Portugal que se fez sentir, sobretudo, nas últimas décadas, esta comunidade inclui vários grupos provenientes de distintas origens geográficas, socioeconómicas e culturais. De facto, o contexto colonial português, a par dos processos históricos que marcaram os movimentos migratórios dos cidadãos asiáticos, contribuiu para a heterogeneidade da diáspora chinesa em Portugal, determinada por fluxos migratórios específicos. À semelhança de outros países europeus (cf. Guerassimoff-Pina, 2006, Sáiz López, 2005), os indivíduos pouco qualificados cuja imigração têm uma base fundamentalmente económica são o grupo dominante, apesar da existência de outros perfis de imigrantes que caracterizam a imigração chinesa no nosso país: os cidadãos naturais de Macau, os imigrantes que vieram de Moçambique após a descolonização, os estudantes chineses do ensino superior provenientes de várias regiões da China (Matias, 2010), e mais, recentemente, um grupo de chineses mais qualificados que se instalaram no nosso país à raiz do aumento de investimento económico chinês verificado nos últimos anos em Portugal.

O *primeiro grupo* faz parte de fluxos migratórios com características semelhantes em outros países europeus (Guerassimoff-Pina, 2006; Sáiz López, 2005), é o mais numeroso e encontra-se, fundamentalmente localizado nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. São parte de um grupo de imigrantes não qualificados, proveniente de Zhejiang, na costa Leste da China, que tem vindo a imigrar desde os anos 1990, apoiado por redes familiares e grupos de pares já estabelecidos no país, e que se dedica maioritariamente ao pequeno comércio da restauração e têxtil (Oliveira, 2004; Matias, 2010).

Os *indivíduos originários de Macau* (os *Macaenses*), cuja presença na sociedade portuguesa se faz sentir há décadas, fruto da relação política e cultural estabelecida com aquele território, e mais recentemente, do retorno de alguns destes cidadãos a Portugal motivado pela passagem da soberania de Macau para China em 1999. Os macaenses representam um grupo socialmente “invisível” e bem integrado na sociedade

portuguesa, estando vários deles naturalizados portugueses ou casados com cidadãos nacionais (Matias, 2010). Um símbolo de identidade deste grupo é a sua natureza híbrida, que resulta de uma valorização e identificação simultânea da cultura portuguesa e da chinesa. Como Costa atesta, “esta identidade de tipo étnico, com referência a um território de origem – Macau -, cuja soberania é agora chinesa” (2004: 150-1), reforça o posicionamento destes indivíduos na charneira de dois mundos, de duas culturas, e de duas línguas, e confere uma peculiaridade estratégica à sua multiculturalidade que, na maioria dos casos, é vista como uma mais-valia por parte da sociedade portuguesa³.

O grupo de imigrantes chineses procede de Moçambique e instalaram-se em Portugal, após a descolonização, por motivações políticas. A presença dos chineses neste país africano consolidou-se ao longo do século XX, motivada pelas relações comerciais estabelecidas entre os dois países, e pela alta taxa demográfica e as más condições de vida existentes na China (Soares, 1998). A origem geográfica dos chineses instalados em Moçambique era extremamente diversa, tendo motivado uma integração e aculturação mais fácil através da aprendizagem da língua portuguesa, da sua inserção em ramos de actividade e de trabalho não étnicos, da adopção da cultura e religião Católica, e nalguns casos, através de casamentos e naturalizações realizados com cidadãos autóctones. Como tal, a comunidade chinesa originária de Moçambique encontra-se bem integrada na sociedade portuguesa devido ao seu grau de ocidentalização, o que a distingue de outras comunidades chinesas geralmente mais fechadas e coesas (Matias, 2010; Soares, 1998).

Recentemente, devido à consolidação das relações institucionais entre universidades portuguesas e universidades chinesas, assiste-se nas instituições de ensino superior portuguesas a um aumento expressivo de *estudantes* provenientes da China e de Macau. Com efeito, entre 2005/6 e 2010/11 o número das primeiras inscrições nos primeiros anos por parte de alunos chineses sofreu um aumento de 251,7% (Oliveira *et al.*, 2014). Apesar da presença destes estudantes em Portugal ser temporária, alguns autores (Tremblay, 2002; Van Mol, 2008), afirmam que este tipo imigração pode ser considerado como precursor de fluxos de imigrantes altamente qualificados, que usufruem do conhecimento e competências adquiridas durante a formação académica

³ Sobre o processo de construção identitário da etnicidade macaense quer na diáspora quer na lusofonia, pode consultar-se Costa (2004).

para, posteriormente, se inserirem no mercado de trabalho e na sociedade do país de acolhimento. Neste âmbito, a China tem vindo a promover a mobilidade estudantil para os países ocidentais (EUA e Europa) com o objectivo de assegurar o desenvolvimento económico e intelectual do país, e esperando, por isso, o retorno dos cidadãos que estudam no estrangeiro. De facto, e contrariamente a outros países asiáticos, a China estimula não só a mobilidade dos seus estudantes como também o retorno de estudantes e profissionais qualificados a residir no estrangeiro para ocuparem cargos de destaque em várias entidades públicas e privadas. Este contexto institucional motiva, cada vez mais, o investimento das famílias em pagar aos filhos uma educação internacional, que permita a aquisição de capital simbólico e cultural, passível de reverter em profissões de destaque e de sucesso.

Um último grupo de cidadãos chineses que, nos últimos anos, têm adquirido mais visibilidade são os *imigrantes qualificados*, constituídos por quadros técnicos e intelectuais, que beneficiam das oportunidades de trabalho surgidas à raiz do investimento chinês em sectores estratégicos (empresas de energia, banca, turismo) em Portugal. Entre esta elite financeira e empresarial podem encontrar-se, em alguns casos, cidadãos chineses com residência em Portugal adquirida por intermédio das Autorizações de Residência para Atividade de Investimento (ARI), normalmente designados por *Vistos Gold*⁴. Os *Vistos Gold* permitem aos investidores de um País Terceiro requererem uma autorização de residência para dar início a uma actividade de investimento, quer seja através de uma transferência de capitais, da criação de emprego ou da compra de imóveis. Os titulares dos *Vistos Gold* poderão, como qualquer outro cidadão estrangeiro com a situação legal regularizada, requerer o reagrupamento familiar, o acesso à autorização de residência permanente, e à nacionalidade portuguesa⁵. No âmbito desta iniciativa de atracção de investimento estrangeiro, o grupo que mais tem usufruído com a sua atribuição são os cidadãos chineses. Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), entre 8 de outubro de 2012 e 30 de junho

⁴ Lei n.º29/2012, de 9 de Agosto.

⁵ Para uma informação mais detalhada, consultar o site:

http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/apoioCliente/detalheApoio.aspx?fromIndex=0&id_Linha=6269
(Consultado a 23/07/2015).

de 2015 foram emitidos 2420 Autorizações de Residência para Investimento⁶, das quais 1947 foram requeridas por cidadãos chineses. Do total das autorizações concedidas, cerca de 2289 foram obtidas por via da obtenção de um bem imóvel, 128 por via da transferência de capital, e apenas 3 por via da criação de, pelo menos, 10 postos de trabalho.

Na opinião de alguns autores (Neves e Rocha-Trindade, 2008), esta diversidade da comunidade chinesa não promove a interação e o contacto entre os distintos grupos, motivando a distância social e promovendo a concorrência económica e empresarial dentro do próprio grupo étnico. De facto, a comunidade chinesa em Portugal caracteriza-se, pois, pela existência de vários grupos imigrados em diferentes momentos, provenientes de distintas origens geográficas, e com perfis socioeconómicos e culturais diferenciados. Do mesmo modo, estes grupos divergem quanto às suas identidades culturais e étnicas, quanto à língua que dominam (cantonês, mandarim, outros dialectos), quanto ao seu grau de integração social que na sociedade portuguesa, e ainda quanto à rede de contactos transnacionais estabelecidos quer com a China, quer com o resto do mundo.

Contudo, apesar de existir uma grande diversidade de grupos chineses sedentarizados em Portugal, aquele que é mais representativo são os imigrantes não-qualificados provenientes da província de Zheijian. De facto, se analisarmos alguns dos dados sociodemográficos e económico-profissionais registados nos censos de 2011, o perfil que se destaca são, precisamente, os imigrantes económicos que vieram para Portugal à procura de melhores condições de vida. Nos pontos que se seguem pretendem-se analisar estes dados à luz desta imigração chinesa não-qualificada.

Indicadores sociodemográficos e contexto familiar

A análise de alguns dos indicadores sociodemográficos dos censos 2011 permite constatar que a comunidade chinesa residente apresenta uma estrutura de género

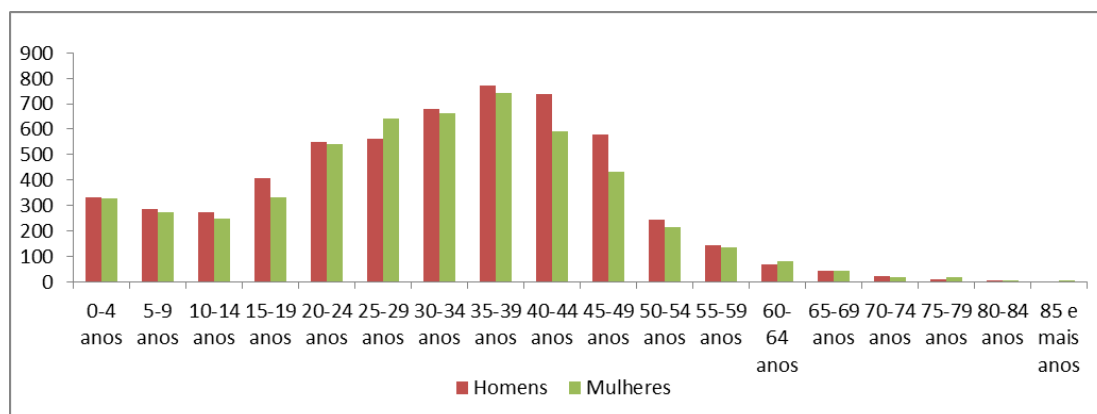
⁶ Paralelamente, foram concedidos no mesmo período cerca de 3704 Autorizações de Residência a familiares reagrupados. Para mais informações, consultar: http://www.sef.pt/documentos/56/Mapa_ARI_PT_jun2015.pdf (Consultado a 23/07/2015).

bastante equilibrada, com cerca de 52% homens e 48% mulheres. No entanto, este equilíbrio de género só foi recentemente conquistado, uma vez que a imigração chinesa dos anos 1980 era fundamentalmente masculina, derivada da procura de novas oportunidades comerciais e laborais. Com o decorrer dos anos, e com a intensificação dos fluxos migratórios para Portugal e para a Europa, assistiu-se a um aumento progressivo da imigração feminina à raiz de processos de reagrupamento familiar, ou de uma imigração feminina mais individualizada fruto de projetos migratórios em busca de melhores condições de vida⁷.

A comunidade chinesa tem uma média de 31,1 anos, revelando ser uma comunidade bastante mais jovem do que a média dos portugueses (42,1 anos) e do que a restante comunidade estrangeira (34,2 anos). Se analisarmos a estrutura etária dos imigrantes chineses verificamos que esta é bastante semelhante entre homens e mulheres (gráfico 3). No caso dos homens, as idades mais frequentes concentram-se entre os 30 e os 44 anos, e no caso das mulheres entre os 25 e os 44 anos, o que indica que estamos fundamentalmente na presença de indivíduos em idade ativa. Como se pode observar no gráfico 3, existe uma sub-representação em idades mais avançadas derivada, possivelmente, à recente sedentarização desta comunidade na sociedade portuguesa.

Gráfico 3.

Estrutura etária dos imigrantes chineses em Portugal



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2011

⁷ Para uma análise mais aprofundada dos percursos migratórios da mulher chinesa em Portugal, pode consultar-se Rodrigues (2008).

Podemos igualmente constatar que estamos perante uma comunidade imigrante com um baixo nível de escolaridade, uma vez que 45,5% possui até ao 3º ciclo, 31,5% tem o 3º ciclo do ensino básico, 19,6% o ensino secundário e apenas 3,5% o ensino superior. Estes dados indicam, de uma forma evidente, que uma parte considerável destes imigrantes tem um baixo nível de qualificações, procurando, possivelmente, em Portugal oportunidades laborais já esgotadas em outros contextos europeus.

Os dados dos censos permitem ainda observar que a maioria destes indivíduos é casada (59,3%), apesar de existir um peso importante daqueles que são solteiros (38,3%), e apenas um número reduzido de divorciados (1,4%)⁸ e de viúvos (0,93%). Este predomínio para a conjugalidade traduz-se ainda, na formalização das uniões através do casamento (civil ou católico), dado que só uma pequena parte destes imigrantes vive em união de facto (7,9%), contrastando de forma evidente com as uniões de facto registadas entre a comunidade estrangeira (cerca de 24,7%). Tanto estes dados relativos às idades como os dados referentes à conjugalidade apontam para a existência de núcleos familiares constituídos, fundamentalmente, por jovens casais (Delgado e Paulino, 2014). De facto, as investigações desenvolvidas até ao momento referem que este grupo de imigrantes vive num ambiente social e familiar endogâmico, dentro de relações sociais tradicionais co-étnicas e que reforçam a existência da mesma identidade e a manutenção de uma língua comum (o mandarim) (Góis *et al.*, 2005).

O conceito de família na comunidade chinesa tem sido, desde a Revolução de 1949, pautado por um discurso veiculado pelo Estado que sustenta a igualdade de papéis quer no domínio doméstico (tarefas reprodutivas), quer no domínio laboral (tarefas produtivas). No entanto, esta divisão sexual do trabalho, na prática nem sempre ocorre, cabendo à mulher uma dupla jornada laboral dentro e fora de casa (Rodrigues, 2008). Esta pretensa igualdade entre os cônjuges é aliás, em contexto migratório, comprometida na medida em que a criação de empresas ou negócios privados

⁸ A Revolução Comunista de 1949 introduziu uma série de reformas sociais e políticas na China, entre as quais, se encontra a lei do casamento de 1950. Apesar de esta lei ter permitido o acesso ao divórcio, na atualidade esta é uma situação social ainda rara e o casamento continua a ser encarado para toda a vida. No entanto, em contextos migratórios (quer nacionais quer internacionais) é frequente que os casais vivam um longo tempo separados devido ao trabalho, pelo que muitos destes casamentos poderão encobrir situações de 'divórcios não oficiais'. (Rodrigues, 2008)

normalmente exige uma maior dedicação da gestão financeira masculina (relações comerciais com os fornecedores, fábricas, empresários, etc), sendo relegado para as mulheres um papel auxiliar na empresa (relacionamento com os clientes, atendimento ao público) e com o controlo das tarefas domésticas. Neste sentido, a actividade produtiva desenvolvida no seio do negócio familiar, apesar de contar frequentemente com todos os membros da família (cônjuges, familiares), baseia-se na divisão sexual do trabalho. A partir do momento em que a empresa familiar começa a consolidar-se, surge a necessidade de contratação de mais empregadas, muitas vezes chinesas, estratégia esta que permite a reprodução da imigração laboral própria desta comunidade étnica.

No início do percurso migratório é frequente observar-se, por parte da família, a existência de mais privações económicas e de um maior empenho profissional, com o objectivo de acumular rapidamente o capital necessário para dar início a um negócio pessoal. A passagem da condição de ‘empregado’ à de ‘patrão’ ocorre, segundo Rodrigues (2008) com o casamento. De facto, a constituição da família chinesa em contexto migratório coincide, frequentemente, com a criação de uma empresa familiar, o que permite atestar que o casamento é concebido não só como um contrato civil mas também como um contrato empresarial. Uma vez que o conceito de empresa familiar é estruturante na comunidade chinesa, o espaço do negócio é entendido como um espaço semiprivado, no qual a família passa a maior parte do seu tempo, aí realizando tanto as refeições como aproveitando os seus tempos de descanso (Rodrigues, 2008:170).

Esta participação familiar na empresa privada é própria do que Wong (1989) e Teixeira (1999) designam por ‘familismo empresarial’. Segundo Wong (1989), este ‘familismo empresarial’ indica que a família tradicional chinesa é fundada numa ética económica concreta que promove a autonomia e a criação da propriedade privada. Como tal, a cultura empresarial chinesa baseia-se no ‘familismo empresarial’ que se define como um estilo paternalista de gestão, no uso de práticas nepotistas na empresa (recrutamento e promoção baseados nos parentes da família), e no facto de a propriedade da empresa se encontrar nas mãos da família.

Como tal, segundo indica Sáiz López (2005: 159), a família na comunidade chinesa é concebida como uma unidade de produção e de consumo, na medida em que rentabiliza os recursos humanos e económicos de que dispõe de forma a alcançar a

autonomia laboral no seio das sociedades de acolhimento através da criação de empresas familiares que, na grande maioria dos casos, estão na base do êxito da imigração chinesa à escala internacional.

Contexto profissional e mercado de trabalho

Os estudos realizados sobre os imigrantes chineses em Portugal centram-se, fundamentalmente, nas actividades económicas e profissionais desenvolvidas por esta comunidade (Fonseca e Malheiros, 2004; Góis *et al.*, 2005; Costa, 2002; Mapril, 2001; Neves e Rocha-Trindade, 2008; Oliveira, 2004, 2005; Rocha-Trindade, 2005; Teixeira, 1999, 1998). Os resultados obtidos indicam que as actividades económico-profissionais desenvolvidas ligadas ao comércio étnico, enquadram-se numa dinâmica transnacional caracterizada pela existência de relações económicas frequentes entre a província de Zhejiang e os chineses da diáspora (Góis *et al.*, 2005). Por outro lado, os imigrantes chineses tendem a usufruir da mobilidade de circulação concedida pelo Espaço Schengen, estabelecendo a partir de Portugal relações comerciais com outros cidadãos chineses residentes em outros países da União Europeia. De facto, um número importante destes imigrantes implementados no território nacional, refere já ter imigrado para outros países europeus, o que permite constatar que, em certos casos, Portugal não é o primeiro destino de imigração, mas sim um território de interesse estratégico no acesso a outros mercados europeus onde a diáspora se encontra mais estabelecida (Góis *et al.*, 2005; Matias, 2010; Neves e Rocha-Trindade, 2008).

Uma das consequências que deriva das intensas redes transnacionais mantidas pela comunidade chinesa é o facto de esta não depender social, económica e financeiramente da sociedade civil do país de acolhimento (Costa, 2002; Oliveira, 2004, 2005; Matias, 2010). Portugal, neste contexto, não é excepção. Na maioria dos casos, e se considerarmos o grupo de indivíduos originários da província de Zhejiang representativos, como vimos anteriormente, de uma imigração laboral pouco qualificada, as práticas migratórias seguem um padrão tradicional comum a outros países da Europa: em primeiro lugar, emigra o homem e só depois de este se ter instalado e legalizado em Portugal, emigram a mulher e os filhos (cf. Sáiz Lopez,

2005)⁹. A inserção no mercado de trabalho dos imigrantes chineses é facilitada pelas oportunidades laborais concedidas por outros compatriotas (Góis *et al.*, 2005; Costa, 2002; Mapril, 2001; Neves e Rocha-Trindade, 2008; Teixeira, 1999, 1998) e por uma estrutura familiar caracterizada, como foi referido no capítulo anterior, pelo “familismo empresarial” (Teixeira, 1999; Wong, 1989), sendo, por isso, sobretudo os recursos étnicos e familiares aqueles mobilizados para a integração económica e legal (Oliveira, 2004, 2005)¹⁰.

Os dados dos últimos censos confirmam esta mesma tendência de uma participação activa por parte da comunidade chinesa no mercado de trabalho em Portugal. Os registos obtidos indicam que os imigrantes chineses vivem, fundamentalmente, do seu trabalho (75,7%), existindo apenas uma parte pequena de indivíduos a cargo da família (17,8%). Quanto à condição perante o trabalho, 63,6% encontra-se empregado, sendo 16,1% menores de 15 anos. As principais profissões registadas estão de acordo com estudos anteriores (Delgado e Paulino, 2014) que demonstram que a comunidade chinesa se dedica, maioritariamente, à venda em lojas (42,54%), à gestão do comércio a retalho e por grosso (21,76%), e com menos expressão à culinária (9,04%). Como tal, e como seria de prever, os ramos da actividade económica exercida incidem, sobretudo, no comércio a retalho (69,04%) e na restauração e similares (20,87%). A tabela 1 resume esta situação.

⁹ Apesar de este ser o padrão migratório mais comum, tem-se vindo a assistir, como foi anteriormente referido, ao aumento de uma imigração feminina individualizada.

¹⁰ Contudo, e apesar da inserção no mercado de trabalho por parte da comunidade chinesa depender, em grande parte, do ‘nicho étnico’ que facilita a mobilidade social ascendente dos novos imigrantes, segundo alguns autores (Sáiz López, 2005), na actualidade, o aumento da população chinesa nos países europeus é mais rápido do que a capacidade de absorção laboral existente em vários países de acolhimento.

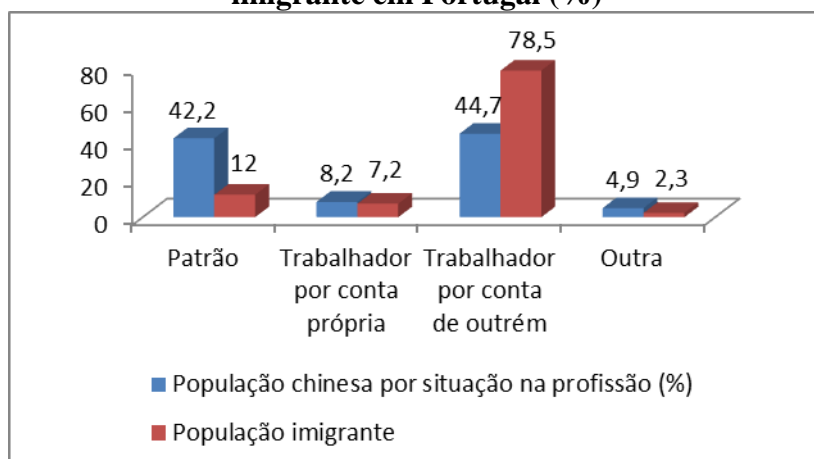
Tabela 1.
Caraterísticas profissionais e económicas dos imigrantes chineses em Portugal (%)

Principal meio de vida	Trabalho	75,72
	Reforma/pensão	1,42
	Subsídio de desemprego	0,12
	Outros subsídios	0,25
	Cargo da família	17,84
	Outro	4,64
Condição perante o trabalho	Empregados	63,6
	Desempregados	1,01
	Menores 15 anos	16,06
	Estudantes	5,43
	Domésticos	4,9
	Reformados	1,69
	Outra situação	7,31
Principais profissões	Vendedores em lojas	42,54
	Diretores e gerentes do comércio a retalho e por grosso	21,76
	Cozinheiro	9,04
Ramos atividade económica	Comércio a retalho	69,04
	Restauração e similares	20,87
	Comércio por grosso	2,59

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2011

Tal como ocorre entre a comunidade chinesa sedentarizada em diferentes contextos europeus (Sáiz López, 2005), outra das características fundamentais deste grupo de imigrantes é o facto de exercerem mais actividades empresariais por conta própria comparativamente a outros contingentes étnicos que exercem maioritariamente actividades por conta de outrem (Fonseca e Malheiros, 2004; Oliveira, 2004, 2005). O gráfico 4 revela, precisamente, esta realidade: o peso dos patrões ou trabalhadores por conta própria é manifestamente mais elevado entre a comunidade chinesa (42,2% e 8,2% respectivamente) do que entre a comunidade imigrante em geral (12% e 7,2%).

Gráfico 4.
Situação na profissão da comunidade chinesa e da comunidade imigrante em Portugal (%)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2011

Neste âmbito, o estudo de Oliveira (2004) sobre as estratégias empresariais desenvolvidas pela comunidade chinesa em Portugal¹¹, permite constatar que estas mesmas estratégias mobilizam, fundamentalmente, recursos e oportunidades assentes em critérios étnicos adquiridos através das redes de solidariedade e interajuda existentes dentro da comunidade (*estratégias étnicas*). O acesso a esses mesmos recursos constitui uma vantagem para o desenvolvimento da iniciativa empresarial, uma vez que facilita o recrutamento de mão-de-obra e a aquisição de capital financeiro e económico para dar início a uma empresa privada. De facto, 2/3 dos empresários chineses inquiridos por Oliveira (2004) referiram que o acesso ao capital financeiro para criar o seu negócio foi conseguido através de familiares ou de amigos. Estes empréstimos, normalmente adquiridos sem juros, permitem simultaneamente reforçar a solidariedade do grupo e torná-lo menos dependente das condições financeiras e estruturais da sociedade de acolhimento (isto é, dos créditos bancários)¹². Por outro lado, estas estratégias étnicas,

¹¹ A autora desenvolve uma comparação exaustiva entre o tipo de estratégias empresariais desenvolvidas pela comunidade chinesa, indiana e cabo-verdiana. Para uma leitura mais atenta, consultar Oliveira (2004, 2005).

¹² A autonomia económica e laboral de um grupo étnico pode gerar, por vezes, o desconhecimento e reações xenófobas por parte da sociedade de acolhimento. Um estudo desenvolvido por Matias (2005) sobre as representações sociais da sociedade portuguesa sobre a comunidade chinesa permitiu constatar que os portugueses inquiridos manifestavam sentimentos contraditórios face aos chineses, motivados, em parte, pela distância social mantida por aquela comunidade. Apesar da existência de diferenças de opinião segundo o nível de educação dos entrevistados (ou seja, opiniões mais favoráveis daqueles com maior nível de educação e menos favoráveis daqueles com menor nível), os sentimentos manifestados pelos portugueses sobre a comunidade chinesa centram-se em aspectos meramente comerciais, motivados pelo

apoiadas em redes sociais próprias ao grupo e desenvolvidas pelos empresários chineses, permitem a contratação de trabalhadores co-étnicos quando surge a necessidade de recrutamento (normalmente contratados a um menor custo e com condições de trabalho mais exigentes), permitindo-lhes comunicar na mesma língua e estabelecer laços de confiança e de solidariedade mútua.

Neste contexto de forte iniciativa empresarial, as associações étnicas (económicas, financeiras, religiosas e culturais) possuem um papel fundamental de suporte à iniciativa empresarial e às relações transnacionais com o país de origem que são, normalmente, privilegiadas (Costa, 2002; Marques *et al.*, 2003; Neves e Rocha-Trindade, 2008; Rocha-Trindade, 2005). As associações de chineses foram maioritariamente fundadas por imigrantes de primeira geração cujos líderes gozam de um prestígio entre a comunidade chinesa, e têm como fundamentos principais a dinamização económica e comercial entre Portugal e a China¹³.

De facto, o papel da comunidade empresarial chinesa é fundamental como elo de ligação entre a China e Portugal (Neves e Rocha-Trindade, 2008). De igual modo, os empresários chineses não só estabelecem e consolidam relações económicas e comerciais com o país de origem, como também desenvolvem essas mesmas relações à escala europeia, nomeadamente com outras empresas chinesas sediadas em outros países (Espanha, França, Itália...) que servem, sobretudo, como fornecedoras de produtos. No âmbito da actividade empresarial nacional, estas empresas ou microempresas chinesas estabelecem ainda uma relação estratégica com empresas portuguesas, que contrariamente às empresas chinesas localizadas em outros países do Espaço Schengen, funcionam, sobretudo, como clientes.

Neste sentido, os resultados do estudo desenvolvido por Neves e Rocha-Trindade (2008) sugerem a existência de uma contribuição positiva da comunidade empresarial chinesa para a economia portuguesa, nomeadamente através da criação de

desconhecimento, indiferença e mesmo suspeita face às suas actividades comerciais. De facto, alguns dos sentimentos negativos que transparecem no discurso dos entrevistados é a falta de qualidade dos produtos transaccionados nas 'lojas chinesas' e as condições laborais e sociais em que são confeccionados esses produtos na China. Como resume Matias, em Portugal "os chineses são apenas tolerados (...) pela função comercial que desempenham" (2005: 157).

¹³ Por exemplo, a Associação dos Comerciantes e Industriais Chineses funciona como uma câmara do comércio, procurando desenvolver projectos económicos entre investidores chineses na China e investidores portugueses e chineses em Portugal.

emprego ou de mão-de-obra de trabalhadores portugueses, pelo aumento da concorrência em certos sectores do comércio e da restauração, e pelo investimento em alguns sectores económicos nacionais em declínio, que após a introdução de capital e a gestão por parte de cidadãos chineses, registaram uma revitalização evidente. Neste âmbito, nos últimos anos, observa-se igualmente um aumento importante do investimento chinês em Portugal em sectores nacionais estratégicos como a energia, banca e turismo, seja através da compra de participações em empresas portuguesas (caso da EDP, REN, Fidelidade), seja através da implementação de empresas chinesas que procuram no nosso país um mercado estratégico dentro do quadro europeu (caso do *Industrial and Commercial Bank of China*, e o *Bank of China*).

É neste contexto que a posição privilegiada detida pela comunidade empresarial chinesa em Portugal, pelo seu grau de heterogeneidade, empreendedorismo, mobilidade e visão integrada do mercado europeu, representa um papel central no estabelecimento de relações económicas e comerciais entre a China e Portugal (Neves e Rocha-Trindade, 2008:184-5). Estas funções deverão ser optimizadas e reforçadas por parte de entidades públicas e privadas portuguesas, uma vez que a comunidade de negócios chinesa potencia, fundamentalmente, os fluxos económicos e financeiros (exportações, investimento) entre os dois países; promove as fontes de inteligência económica através da experiência adquirida em Portugal e da consequente informação de novos negócios que possam surgir; e atua como intermediária institucional nas relações económicas mantidas entre a diáspora e a China.

Conclusão

A imigração chinesa para a Europa assume uma importância crescente na atualidade dada a expansão económica e cultural da China no mundo. No contexto europeu, Portugal não é exceção, uma vez que a comunidade chinesa tem aumentado progressivamente, sobretudo a partir da década de 2000. A consequente implementação e integração social da comunidade chinesa na sociedade portuguesa exige um maior conhecimento e análise de certas dimensões relacionadas com os seus percursos migratórios, o contexto familiar e conjugal, e a sua inserção no mercado de trabalho. A

abordagem analítica destes temas, em articulação com dados empíricos obtidos nos últimos censos foi, precisamente, o objetivo deste artigo.

Como aqui se procurou evidenciar, a comunidade chinesa sedentarizada em Portugal não é homogénea. Esta diversidade ilustra claramente a existência dos laços históricos e culturais que há muito unem Portugal e a China, especialmente evidente no caso dos imigrantes chineses da primeira vaga migratória – *macaenses* e *retornados moçambicanos* -, cuja ‘invisibilidade’ ilustra o êxito da sua integração social fruto do domínio da língua e da cultura portuguesas. Mais recentemente, uma segunda vaga de imigrantes chineses composta por grupos distintos – *não qualificados*, *estudantes* e *altamente qualificados* -, tem ganho expressão e, no caso dos imigrantes económicos, é já o grupo com maior representatividade no seio da comunidade chinesa. Neste âmbito, ainda se encontra por desenvolver investigações que explorem os pontos de contacto e de ruptura existentes entre estes imigrantes, e as estratégias pessoais, étnicas e estruturais utilizadas por cada um desses grupos na sua integração em Portugal.

Contudo, o que emerge com a análise dos dados empíricos obtidos no recenseamento, é o predomínio de um perfil social associado a imigrantes chineses não qualificados a residir em Portugal. O facto de este grupo específico ter práticas maioritariamente endogâmicas, isto é, basear quase exclusivamente a sua rede de relações pessoais, sociais e profissionais dentro do seu grupo étnico, tem consequências relevantes não só para a sua integração social e económica, como também para a integração dos seus descendentes. Neste sentido, a importância de futuros estudos sobre a comunidade chinesa aprofundarem certas dimensões relacionadas com questões de cidadania e participação política, identidades e práticas culturais, representações étnicas, dinâmicas espaciais, dinâmicas familiares e intergeracionais, educação dos descendentes, e questões de género, é fundamental para o amadurecimento da sociologia das migrações tanto portuguesa como europeia.

Referências Bibliográficas

- Costa, F. L. da (2004), Fronteiras da identidade. O caso dos macaenses em Portugal e em Macau. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 46, pp. 133-160.
- Costa, F. L. da (2002), O contributo das associações para a migração: o caso da comunidade chinesa em Portugal. *Administração*, 56 (15), pp. 667-689.
- Delgado, A. e Paulino, P. (2014), A população com nacionalidade chinesa a residir em Portugal: uma caracterização com base nos Censos 2011. *Revista de Estudos Demográficos*, 53, pp. 77-89.
- Fonseca, M. L. e Malheiros, J. M. (2004), Immigration and globalisation from below: the case of ethnic restaurants in Lisbon, *Finisterra*, 77, pp. 129-156.
- Góis, P., Marques, J. C. e Oliveira, C. R. de (2005), *Dévoilement des Liens Transnationaux des Migrants Chinois au Portugal*, Coimbra, CES.
- Instituto Nacional de Estatística (2011), *Recenseamento Geral da População 2011*, Lisboa: INE.
- Oliveira, C. R. de (2005), *Empresários de origem imigrante – Estratégias de inserção económica em Portugal*, Lisboa, ACIDI, Teses 2.
- Oliveira, C. R. (2004), Estratégias empresariais de origem imigrante em Portugal: oportunidades étnicas e estruturais e recursos pessoais, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 45, pp. 71-98.
- Oliveira, I. T. de, Ramos, M., Ferreira, A. C. e Gaspar, S. (2014), Estudantes estrangeiros em Portugal: evolução e dinâmicas recentes (2005/6 a 2012/13), *Revista de Estudos Demográficos*, 54, pp. 39-55.
- Pina-Guerassimoff, C. (2006), Gender and Migration Networks: new approaches to research on Chinese migration to France and Europe. *Journal of Chinese Overseas*, 2 (1), pp. 134-145.
- Ma, Mung, E. (2000), *La diaspora chinoise. Géographie d'une migration*, Paris: Orphys.
- Machado, F. L. e Azevedo, J. (2009), A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas, *Revista Migrações*, 4, pp. 7-31.
- Mapril, J. (2001), Os chineses no Martim Moniz: oportunidades e redes sociais. *Socinova Working Papers*, 19.
- Matias, A. (2010), *Imagens e esteriótipos da sociedade portuguesa sobre a comunidade chinesa – Interação multissecular via Macau*, Coleção Teses, Lisboa: ACIDI.
- Neves, M. S. e Rocha-Trindade, M. B. (2008), As diásporas e a globalização – a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global, *Revista Migrações*, 3, pp. 165-189.
- Nunes, M. F. F. (2008), *Imagens das Migrações. Chineses na Área Metropolitana no Porto – Do Ciclo da Seda à Era Digital*, Tese de doutoramento em Antropologia Visual, Porto, Universidade Aberta.

- Rodrigues, I. (2012), *Flows of Fortune: the Economy of Chinese Migration to Portugal*, Tese de Doutoramento em Antropologia da Religião e do Simbólico, Lisboa: ICS-ULisboa.
- Rodrigues, I. (2008), *No Feminino Singular. Identidades de Chinesas Imigrantes em Lisboa*, Lisboa: Edições ISCSP.
- Sáiz López, A. (2005), La migración china en España: características generales. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, 68, pp. 151-163.
- Soares, C. (1998), O caso dos Chineses de Moçambique imigrados em Portugal, in Ana Maria Amaro e Carlos Justino (coord.), *Estudos sobre a China*, Lisboa, ISCSP, pp. 305-328.
- Teixeira, A. C. (1999), As influências da estrutura familiar na organização das actividades empresariais dos chineses na diáspora, in Ana Maria Amaro e Carlos Justino (coord.), *Estudos sobre a China*, Lisboa, ISCSP, pp. 151-174.
- Teixeira, A. C. (1998), A importância económica da diáspora chinesa no mundo: o caso dos empresários chineses em Portugal, in Ana Maria Amaro e Carlos Justino (coord.), *Estudos sobre a China*, Lisboa, ISCSP, pp.145-152.
- Thunø, M. (2007), Introduction. Beyond 'Chinatown': contemporary Chinese migration, in Mette Thunø (ed.), *Beyond Chinatown. New Chinese Migration and the Global Expansion of China*, Copenhaga: Nias Press, pp. 1-31.
- Tremblay, K. (2002), *Student Mobility Between and Towards OECD countries in 2001. A Comparative Analysis*, OCDE.
- Van Mol, C. (2008), La migración de los estudiantes chinos hacia Europa. *Migraciones Internacionales*, 4 (4), pp. 107-133.
- Wong, S.-L. (1989), *Emigrant entrepreneurs. Shanghai industrialists in Hong Kong*. Hong-Kong: Oxford University Press.